

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO	19.OUT.1974	DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

Fundação Cuidar o Futuro

## CONGRESSO EM NOVEMBRO



O primeiro Congresso Nacional do Partido Popular Democrático, que defende um socialismo humanista e democrático, consubstanciado na social-democracia do tipo europeu ocidental, está convocado para os dias 23 e 24 de Novembro próximo. A sua realização tem por objectivos fundamentais a definição mais ampla e desenvolvida dos objectivos do P.P.D., para fortalecimento interno do Partido e para consolidação, com bases claras, da sua aliança com outras forças democráticas, no Governo e fora dele.

A convocação do Congres-

so foi anunciada, ontem, durante uma conferência de Imprensa, pelo secretário-geral do P.P.D., dr. Francisco Sá Carneiro, que aproveitou a oportunidade para fazer uma exposição crítica da situação do partido na actual conjuntura nacional, tecendo breves reflexões acerca do que é hoje aquela força democrática, desse modo correspondendo à responsabilidade assumida perante os portugueses na ocasião histórica aberta com o 25 de Abril, com a constituição de um partido que propõe uma nova ordem para a sociedade portuguesa.

Nessa reunião, em que es-

teve presente, entre outros destacados dirigentes do partido, o ministro Magalhães Mota, o dr. Sá Carneiro lembrou que o P.P.D. «acredita numa via portuguesa para o socialismo, como contribuição original para o desenvolvimento e consolidação do socialismo democrático na Europa e no Mundo». Relativamente ao momento político, considera essencial a realização de eleições livres no prazo previsto no Programa do M.F.A., uma vez que não existe qualquer razão válida para adiar o acto eleitoral marcado para Março.

(NA PÁG. 6)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMERCIO DO PORTO	
SÉCULO	19 OUT 1974	DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	



SA CARNEIRO — «Batemo-nos pelo escrupuloso cumprimento do Programa do M. F. A. quanto ao acto eleitoral»

### Afirmou Sá Carneiro aos jornalistas

# O P. P. D. tem suficiente força e implantação para disputar sozinho as eleições de Março

## • Está iminente o ingresso do partido na Internacional Socialista

**O Partido Popular Democrático entende que possui suficiente força e implantação para se apresentar só ao eleitorado, embora não ponha de lado a eventual participação numa coligação de forças democráticas que, todavia, dependa dos Congressos Nacional e da posição de outros partidos, também com congressos já marcados.**

Esta conclusão foi, ontem, apresentada pelo secretário-geral do P.P.D., Francisco Sá Carneiro, durante uma conferência de imprensa em que se revelou estar convocado para os dias 23 e 24 de Novembro próximo, o Congresso Nacional do Partido. Nessa reunião muito concorrida por representantes dos órgãos de Informação portugueses e estrangeiros, estiveram presentes os mais destacados dirigentes do P.P.D., como o ministro Magalhães Mota, Francisco Balsemão, Manuel Alegria, Jorge Sá Borges, Rui Machete, Alfredo de Sousa e Alfredo Morgado.

Assinalou Francisco Sá Carneiro que o P.P.D. está implantado em todo o País, cobrindo toda a faixa litoral e todo o interior, com núcleos activos em todos os concelhos, além de se estender à Madeira e aos Açores. Os seus filiados distribuem-se, pois, por todo o território continental, estando o partido implantado em quase 90 por cento do conjunto, dos concelhos e, nestes, em mais de 60 por cento das respectivas freguesias. De registar que, entre a massa de filiados se inclui elevada percentagem de classes trabalhadoras. Quanto ao número de filiados, constitui atitude política normal a sua não revelação, mas pode assegurar-se que qualquer que seja o número exigido para a sua legalização o P.P.D. está em condições de ser autorizado.

#### A coligação e o futuro

Ainda a propósito de uma provável coligação para as eleições, Sá Carneiro insistiu em que caberia ao congresso definir a posição do Partido quanto à estratégia a seguir. Além disso, se, como se espera, for considerada a representação proporcional deixará de ter razão as coligações eleitorais. Por outro lado, não havendo para a Assembleia Constituinte programas de Governo, que a coligação pressupõe, carecerá em grande medida de base tal tipo de aliança. Relativamente ao falado alargamento da actual coligação governamental, o P. P. D. entende que ela não deverá ser agora reforçada por qualquer outra força democrática afirmada como partido. De resto, o problema não se põe ao III Governo Provisório, de que fazem parte os três partidos chamados ao Gabinete em Maio, quando se constituiu o I Governo. Acresce achar o P. P. D. que, neste momento,

reformular a coligação traria mais inconvenientes do que vantagens. Desse modo, é de opinião que qualquer modificação só poderá verificar-se após as eleições de Março.

Sá Carneiro, nas respostas dadas aos jornalistas, foi peremptório em frisar que para a situação pré-democrática, em que se tem feito a defesa de posições para adiamento das eleições, o P. P. D. continua a alinhar, clara e intransigentemente, pela sua efectivação em Março, como o estabeleceu o Programa do M. F. A. Quanto à participação no Governo, com o P. C. e o P. S., após a constituição da Assembleia Constituinte, o P. P. D. faz depender qualquer atitude do resultado das eleições e da situação sócio-política da altura. No que toca à viabilidade de uma aliança com o P. S. e a Sedes, também nada está projectado, tanto mais que a força do P. P. D. está definida e que se impõe aguardar a efectivação dos congressos, até por que qualquer aliança não depende de nós em grande parte, como registou Sá Carneiro. O secretário-geral do P. P. D. insistiu que o partido se bate pelo escrupuloso cumprimento do Programa do M. F. A. quanto ao acto eleitoral, pois conclui não haver nenhuma razão para um eventual adiamento. Caso contrário, a participação do P. P. D. na coligação dependeria do motivo do adiamento.

#### Forte e activo

No decurso do encontro, foram ainda definidas as relações do P.P.D. com todos os partidos de raiz socialista e com a SEDES e a posição dos filiados que, simultaneamente, são sedistas. Levantado o problema de um hipotético enfraquecimento do P.P.D. após o 28 de Setembro, contrastado com um mencionado reforço da organização do P. C., foi afirmado que o P.P.D. não acusa de modo nenhum qualquer enfraquecimento, antes, o partido sente-se tão forte e activo como anteriormente a 28 de Setembro. E, a título de exemplificação, apontou-se que as posições assumidas quanto à política económica vieram a ser recentemente perfilhadas pelo próprio P. S. De resto, a imagem do P.P.D. relativamente à social-democracia não se alterou; ele é a única formação que se reclama da social-democracia e a sua transparência política em nada está afectada. O partido tem plena consciência da sua

transparência política, a despeito de alguns a quererem afectar, desvirtuando-a.

A este respeito, Sá Carneiro recordou que o P.P.D. não se desviou, nem desviará, dos objectivos que levariam à sua constituição: a defesa de um socialismo humanista e democrático, à luz da verdadeira social-democracia. Inspirando-se, portanto, no socialismo europeu que se afastou da linha marxista e determinou a viragem das social-democracias da Europa Ocidental. Assim, Mário Soares não teve razão quando, ao falar no Conselho da Europa, disse que o P.P.D. seria um partido liberal. Isso não é, de facto, exacto — e nem está de acordo com o que declarou o secretário-geral do P. S. ao «Diário de Notícias», em entrevista concedida em Agosto, nem com o que registou no seu livro «Escritos Políticos», ao sugerir que Sá Carneiro e Miller Guerra poderiam vir a constituir um agrupamento de social-democracia. Além do mais, entende-se que, dada a posição programática do P. S., que não está na linha de uma social-democracia europeia actual, se justifica plenamente o P.P.D. E, por outro lado, considera-se que um socialismo humanista e democrático é o que mais convém à sociedade portuguesa e melhor se adapta ao momento português.

No período de perguntas e respostas, vincou-se que o voto aos emigrantes deveria ser concedido com maior amplitude e afirmou-se a defesa do sindicalismo partidário, proclamando-se que o P.P.D. continuará a lutar pela liberdade sindical, garantida, aliás, pelo Programa do M. F. A. O pluralismo sindicalista é o que estipula a O.I.T., portanto todo aquele que não perfilha qualquer centralismo, autoritário, pertencendo exclusivamente aos trabalhadores a iniciativa de sindicatos livres. Em resumo: o P.P.D. defende um tipo de sindicalismo livre, em vez de federações, independentes, de partidos e de grupos políticos e económicos de pressão, ou melhor um sindicalismo reformista e não revolucionário, para defesa dos trabalhadores a todos os níveis. Também foi dado conhecimento do resultado da recente viagem pela Europa de Francisco Balsemão, que participou em Paris, nas Assises do Socialismo e contactou com partidos social-democratas da Escandinávia. E revelou-se que está iminente o ingresso do P. P. D. na Internacional Socialista.

#### Sufrágio imprescindível

Na sua exposição, a antecedente do período de perguntas e respostas, Sá Carneiro evocou o carácter do partido e o seu programa e analisou o momento político, acentuando consi-

derar o P.P.D. ser essencial a realização de eleições livres no prazo previsto no programa do M. F. A.

«O P.P.D. entende que o presente processo político só conduzirá à democracia se for ele mesmo democrático: a democracia aprende-se pelo exercício e constrói-se por meios democráticos. O exercício da democracia significa, aqui e agora, audiência do povo, iniciativa popular, participação institucionalizada de todos na criação das condições estruturais da sua implantação. É imprescindível o sufrágio. Não há democracia sem respeito pelo povo, sem reconhecimento a todos da idoneidade moral para votar. Por isso, o P.P.D. defende o voto dos emigrantes dos analfabetos, dos maiores de 18 anos, sem temer os riscos da falta de informação, da despolitização, das dependências variadas que ainda abundam na sociedade portuguesa. A opção política é essencialmente uma opção moral.»

«Defendemos, pois — adiantou — que não há razão válida para adiar as eleições marcadas para Março. Esse ponto de vista não traduz uma opção por uma democracia formal ou burguesa. O nosso partido tem consciência do estado de relativo atraso cultural, do analfabetismo, da falta de informação geral e de formação política, da dependência económica e social de grande parte da população portuguesa. Foi esse o legado de meio século de ditadura e obscurantismo. O voto só é perfeitamente democrático se for livre e racional, o que supõe uma igualdade tendencial da informação e do poder económico social dos eleitores e dos elegíveis. A democracia portuguesa será um processo de muitos anos. Mas temos de iniciá-la já, sob pena de a comprometer irremediavelmente.»

#### O que está em jogo

No tocante às condições fundamentais de um processo eleitoral democrático neste momento, Sá Carneiro assinalou haver situações que se têm de evitar, que a concretizarem-se põem em causa a real liberdade de escolha e, portanto, o carácter verdadeiramente democrático das eleições. Entre elas, salientam-se o colapso do sistema produtivo; a manipulação política do voto pela participação de movimentos unitários sem linha política diferencial e a manipulação da informação, pela falta de transparência política, em termos partidários, das suas mensagens. E afirmou que tem de se evitar o medo, a luta de grandes massas de desempregados pelo pão, a insegurança colectiva, pois não há liberdade de escolha num ambiente coercivo de campanhas propagandísticas de mobilização colectiva para os sacrifícios inseparáveis das soluções revolucionárias.

«O P.P.D. — disse Sá Carneiro — reafirma a necessidade de excluir da concorrência as urnas movimentadas de carácter unitário, por maiores que sejam os seus méritos na luta antifascista. Esses movimentos, pela sua própria natureza, ou evitam uma clara definição de uma alternativa política, pedindo aos eleitores um cheque em branco, ou definem claramente uma tal opção e não são unitários. Neste caso, correm o risco de o pretérito movimento unitário não ser mais do que partido político que se esconde sob a sigla da unidade para manipular as massas. O P.P.D. não pode coexistir a falta de transparência para o eleitor do que está em jogo no acto eleitoral de Março.

«Pelos mesmos razões, o P.P.D. considera indispensável a transparência política da televisão e dos outros meios de comunicação social. E porque o trabalho de consciencialização política é uma urgente prioridade reputa inadmissível a institucionalização dessa transparência. Quer isso dizer que os meios de comunicação controlados pelo Estado, a Emissora Nacional, a RTP, as campanhas oficiais de esclarecimento político devem promover com rigorosa isenção o debate aberto dos problemas nacionais através da contraproposição clara das várias opções partidárias. Tal só será possível pela participação, ao nível pessoal, dos partidos democráticos no controlo político dos meios de comunicação do Estado.»